

Alerta Legislação nº 51, de 18 a 23 dez. 2017
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 811, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017**

Altera a [Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010](#), que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA e dispõe sobre a política de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
22/12/2017	<u>LEI Nº 13.572, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2017, com o objetivo de fomentar as exportações do País. <u>LEI Nº 13.558, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Inscreve o nome de Joaquim Maria Machado de Assis no Livro dos Heróis da Pátria. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 811, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA e dispõe sobre a política de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos. <u>DECRETO Nº 9.246, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Concede indulto natalino e comutação de penas e dá outras providências.
20/12/2017	<u>LEI Nº 13.546, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores. <u>LEI Nº 13.543, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017</u>

	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor. <u>LEI Nº 13.479, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017</u> Cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (Pro-Santas Casas) para atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS). <u>DECRETO Nº 9.244, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Institui a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e cria o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto. <u>DECRETO Nº 9.243, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Institui a Sala de Inovação no âmbito do Poder Executivo federal, cria o Comitê Gestor da Sala de Inovação e dá outras providências. <u>DECRETO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou de instituição de servidão administrativa, em favor da União, os imóveis, e os direitos respectivos, que menciona, localizados nos Municípios de Itaguaí e de Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro, para a implantação do Complexo Naval de Itaguaí do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear.
19/12/2017	<u>LEI Nº 13.541, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que "Dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha". <u>LEI Nº 13.540, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera as Leis nºs 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e 8.001, de 13 de março de 1990, para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). <u>LEI Nº 13.539, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017.
18/12/2017	<u>LEI Nº 13.536, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção. <u>LEI Nº 13.535, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera o art. 25 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior. <u>LEI Nº 13.488, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei nº 13.165, de

	29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral. DECRETO Nº 9.235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. DECRETO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 44, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 (...) Art. 1º Ficam estabelecidos as boas práticas para a realização de torneios leiteiros de animais bovinos. (...) SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA) INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 44, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017 (...) Art. 1º Estabelecer as normas para a Certificação Sanitária da Compartimentação da Cadeia Produtiva de Suínos, quanto a exposição aos vírus da Febre Aftosa - FA e da Peste Suína Clássica - PSC. (...) INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 48, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 (...) Art. 1º Fica definido, na forma desta Instrução Normativa, o plano de amostragem do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal - PNCRC/Vegetal para o ano de 2018, conforme a seguir: (...)
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) PORTARIA Nº 22, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017 Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino. PORTARIA Nº 21, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017 Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. PORTARIA Nº 20, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017 Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de

	credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 9, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a V Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Regulamenta os artigos 5º, 6º, 8º, 11, 13, 16, 20, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 34 e 40 da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Regulamenta o fluxo dos processos que chegaram à fase de avaliação externa in loco pelo Inep, a partir da vigência das Portarias nº 1.382 e nº 1.383, de 31 de outubro de 2017.
Ministério da Fazenda (MF)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) → Vice-Presidência de Fundos de Governo de Loterias <u>CIRCULAR Nº 793, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (...) 1 Divulgar versão atualizada do Manual abaixo relacionado, que consolida as diretrizes, conceitos e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Curador do FGTS e pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FGTS, tendo como objetivo a racionalização dos procedimentos operacionais a serem observados pelos Agentes Financeiros, Agentes Promotores e Mutuários, nas operações de crédito lastreadas com recursos do FGTS: (...) CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ) <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 24, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. → Secretaria Executiva <u>ATO COTEPE/ICMS Nº 80, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Aprova os modelos dos relatórios e o respectivo manual de instruções de que trata a cláusula segunda do Convênio ICMS 192/17, que estabelece procedimentos para controle e entrega de informações fiscais sobre as operações com etanol hidratado ou anidro.

	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.769, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Disciplina a aplicação da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF), na aquisição de veículos por pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, e dá outras providências.
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 75, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Estabelece medidas de ordenamento relacionadas à atividade pesqueira de camarões na Costa Norte. SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX) <u>PORTARIA Nº 45, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera o Anexo XVII, da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, para modificar o critério de redistribuição das cotas de exportação de carnes de aves e criar enquadramento para as cotas de exportação de leite.
Ministério da Saúde (MS)	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) – Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 195, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (Publicada no DOU de 15-12-2017) <i>(*)N. da Coejo: Republicado por ter saído no DOU nº 240, de 15-12-2017, Seção 1, página 180 e no DOU nº 241, de 18-12-2017, Seção 1, página 142, com incorreção.</i> – Gerência-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.351, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar de todos os lotes do produto ÁGUA SANITÁRIA USELIMP fabricados a partir de 29/05/2017 por Uniplástico Indústria e Comércio de Plástico Ltda. (CNPJ 37.612.611/0001-09). (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.350, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, divulgação, comercialização e uso dos lotes 957116412; 957216414; 1003717275; 104351; 115771; 117051; 117481; 117491; 117701; 121076; 121071; 121074; 121072; 121073; 121075; 121077; 121078; 121079; 1210710; 122371; 123121; 123141; 123451; 123122; 123071; 122832; 122831; 128614; 128613; 128611; 128612; 128941; 128944; 128945; 128943; 128942; 132254; 132252; 132251; 132253; 132255; 134471; 21094435; 957016411; 1008817332; 114731; 116621; 116821; 116831; 118311; 121691; 121851; 121971; 121981; 123131; 123132; 123134; 123133; 123651; 123652; 123653; 123654; 123971; 124041; 125434; 125433; 125432; 125431; 126674; 126673; 126672; 126671; 127321; 128251; 128361; 128411; 129401; 128421; 129411; 129861; 129402; 117061 e 117471 do produto NEXCARE GEL

ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS, fabricado por ADHETECH QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (CNPJ: 61.608.410/0001-04).
(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.349, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso dos lotes nº 2001558685 (val. 05/2019) e 2001574170 (Val 08/2019) do Saneante SUMA ALVO LÍQUIDO bombona plástica 20 L, fabricado por Diversey Brasil Indústria Química Ltda. (CNPJ: 03.049.181/0001-39).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.345, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir, em todo o território nacional, a distribuição e comercialização do AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM, marca LISBOA, lote 26454-361 (válido até 23/05/2019), fabricado por Natural Óleos Vegetais e Alimentos Ltda. (CNPJ 08.529.643/0001-62), situada na Avenida Marquês, 909 - Polvilho - Cajamar/SP.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.339, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da distribuição, divulgação, comercialização e uso de todos os lotes do produto DOOBY, categoria LIMPA ALUMÍNIO, fabricados pela empresa Limpebras Química Brasileira de Limpeza Ltda - ME, CNPJ 04.282.122/0001-79, até 05/08/2017

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.338, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir, em todo o território nacional, a distribuição e comercialização dos produtos Azeite de Oliva Extra Virgem listados no Anexo I, fabricados por Olivenza Indústria de Alimentos Ltda. (CNPJ 48.616.171/0001-76), situada na Avenida Padre Manuel da Nóbrega , 1233-B - Jussara - Mongaguá/SP.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.337, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir, em todo território nacional, a comercialização e a distribuição do produto PIMENTA PÓ PRETA, marca BRUSTO, lote não informado, data de fabricação 07/2016, com validade de 02 anos, distribuído pela empresa DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS BRUSTO LTDA, CNPJ 83.160.945/0001-06, localizada à Rua Marques do Erval, 165, Centro, São Miguel do Oeste/SC, CEP 89.999-000.

(...)

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA)

PORTARIA Nº 1.474, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina o prazo para atendimento de cláusula suspensiva prevista na celebração de convênios firmados com esta Autarquia para ações de saneamento básico.

Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a Instrução Normativa nº 5, de 12 de janeiro de 2017, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Saneamento Básico, para o exercício de 2017. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>DELIBERAÇÃO Nº 164, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a Resolução CONTRAN nº 702, de 10 de outubro de 2017, que atualiza os requisitos técnicos da sinalização especial de advertência traseira contidos nos Anexos da Resolução CONTRAN nº 520, de 29 de janeiro de 2015.
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) ↳ Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) ↳↳ Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) ↳↳↳ Divisão de Atos Internacionais (DAI) <u>PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA PARA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO NA ÁREA DE COMBATE À LAGARTA DO CARTUCHO NA ÁFRICA</u>
Ministério do Desenvolvimento Social	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 517, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera as Portarias nº 754, de 20 de outubro de 2010, e nº 256, de 19 de março de 2010, do Ministério do Desenvolvimento Social, que estabelecem ações, normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão e execução descentralizadas do Programa Bolsa-Família, no âmbito dos municípios, estados e Distrito Federal. <u>PORTARIA Nº 420, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre o repasse emergencial de recursos federais ao Município de São Paulo para a execução de ações socioassistenciais devido ao elevado contingente de pessoas em situação de rua. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <u>RESOLUÇÃO Nº 21, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Publica as deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL <u>INSTRUÇÃO OPERACIONAL Nº 16, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Especifica o Modelo da Tecnologia Social de Acesso à Água nº 22: Cisterna de Enxurradas de 52 mil litros com serviço de acompanhamento familiar para inclusão social e produtiva. <u>INSTRUÇÃO OPERACIONAL Nº 15, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Especifica o Modelo da Tecnologia Social de Acesso à Água nº 21: Cisterna Calçadão de 52 mil litros com serviço de acompanhamento

	familiar para inclusão social e produtiva.
Ministério do Esporte (ME)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 341, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Estabelece parâmetros de utilização de recursos públicos para realização de despesas administrativas necessárias ao cumprimento das metas pactuadas pelo COB, o CPB, o CBC e suas entidades filiadas.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>PORTARIA Nº 828, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a redação do parágrafo primeiro do Art. 5º e do Anexo II, cria o inciso V do parágrafo primeiro e os parágrafos terceiro, quarto e quinto do Art. 6º e prorroga o prazo previsto no Art. 9º da Portaria nº 40, de 06 de maio de 2016 para as empresas e órgãos públicos firmarem Termo de Compromisso ou Termo de Cessão com o ICMBio. (Processo nº 02070.017361/2016-62).
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
23/12/2017	<u>DECRETO Nº 63.106, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera o Decreto 57.686, de 27 de dezembro de 2011 , que disciplina a concessão de regime especial para apropriação e utilização de crédito acumulado do ICMS nas hipóteses que especifica <u>DECRETO Nº 63.105, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a possibilidade de contribuintes que exercem a atividade de comércio varejista parcelarem o ICMS devido pelas saídas de mercadorias promovidas em dezembro de 2017 <u>DECRETO Nº 63.104, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera os Decretos 53.051/08 , 53.826/08 e 54.904/09 , que tratam, respectivamente, do Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Veículo Automotor, dos Incentivos no Âmbito dos Parques Tecnológicos e do Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Produtos da Indústria de Processamento Eletrônico de Dados <u>DECRETO Nº 63.103, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 63.102, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços

	de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS e dá outras providências <u>DECRETO Nº 63.101, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 63.100, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 63.099, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS e dá outras providências <u>DECRETO Nº 63.098, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Acrescenta o § 2º ao artigo 3º do Decreto 62.761, de 04 de agosto de 2017, que trata dos débitos fiscais de ICMS exigidos por meio de auto de infração lavrado até 04 de agosto de 2017, não inscritos em dívida ativa, e dá outras providências <u>DECRETO Nº 63.097, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS a comercialização de sanduíches denominados "Big Mac" efetuada durante o evento "McDia Feliz" <u>DECRETO Nº 63.096, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 63.095, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 63.094, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS
19/12/2017	<u>LEI Nº 16.626, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, ao amparo do artigo 2º da Lei Complementar federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016

	<u>LEI Nº 16.625, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Autoriza o Poder Executivo a celebrar termos aditivos aos contratos firmados com a União, com base na Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997(*), para adoção das condições estabelecidas pelas Leis Complementares Federais nº 148, de 25 de novembro de 2014(**), e nº 156, de 28 de dezembro de 2016(***) (*) <i>Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal</i> (**) <i>Altera a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências.</i> (***) <i>Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar no 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória no 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000</i>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Cultura (SC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC-62, DE 19-12-2017</u> Dispõe sobre o tombamento dos edifícios Leonardo da Vinci e Colméia, além do pátio existente entre os dois prédios, que integram o atual Colégio "Dante Alighieri", localizado na Al. Jaú, 1061, nesta Capital
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO 72, DE 22-12-2017</u> Dispõe sobre Estágio Probatório e Avaliação Especial de Desempenho de titulares de cargo de Diretor de Escola <u>RESOLUÇÃO SE 71, DE 22-12-2017</u> Dispõe sobre autorização, instalação e funcionamento de Centro de Estudos de Línguas - CEL <i>Região de Itapeverica da Serra</i>
Esporte, Lazer e Juventude (SELJ)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>PORTARIA G. CEL 75, DE 19-12-2017</u> Regulamento dos 35º Jogos Abertos da Juventude
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 116, DE 22-12-2017</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida acumulada de novembro de 2016 a outubro de 2017 COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G 00037, DE 22-12-2017</u>

	O Coordenador da Coordenadoria da Administração Financeira resolve: Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referente ao mês de DEZEMBRO/2017 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala: Dia 05-01-2018 - Celetistas; Dia 08-01-2018 - Órgãos subordinados ao Gabinete do Governador, Secretarias de Estado e Pensões Especiais. (...)
Governo (SG)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP 774, DE 22-12-2017</u> Aprova os valores cobráveis na execução de serviços correlatos à distribuição de gás canalizado, no âmbito da área de concessão da Gás Natural São Paulo Sul S/A <u>DELIBERAÇÃO ARSESP - 768, DE 18-12-2017</u> Dispõe sobre o cálculo, a cobrança e os procedimentos para o recolhimento à Arsesp, pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, da Taxa de Regulação Controle e Fiscalização – TRCF, instituída pela Lei Complementar 1025, de 07-12-2007, relativa ao exercício de 2018
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA - 162, DE 19-12-2017</u> Constitui o Comitê de Integração do Uso Público, com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos para o desenvolvimento do uso público de parques urbanos e unidades de conservação, administrados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas, e dá outras providências
Planejamento e Gestão (SPG)	UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS (UCRH) <u>INSTRUÇÃO UCRH-07, DE 19-12-2017</u> (...) 1. O procedimento para solicitação de licença para tratamento de saúde, nos termos dos §§ 1º e 3º do artigo 193 da Lei 10.261, de 28-10-1968, regulamentado pelo Decreto 62.969, de 27-11-2017, com dispensa da realização de perícia médica oficial, fica definido de acordo com a presente instrução. 2. A dispensa da realização de perícia médica oficial, a que se refere o item 1 desta Instrução, poderá ocorrer nos seguintes casos: (...)
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 104, DE 22-12-2017</u> Dispõe sobre o Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, dos prestadores de serviços sob gestão estadual, nos convênios e contratos firmados no âmbito do SUSSP, decorrentes dos recursos incorporados ao teto financeiro da

	assistência e dá outras providências <u>RESOLUÇÃO SS - 102, DE 19-12-2017</u> Dispõe sobre o Teto Financeiro de Média Complexidade Ambulatorial, dos prestadores de serviços sob gestão estadual, nos convênios e contratos firmados no âmbito do SUS-SP, decorrentes dos recursos incorporados ao teto financeiro da assistência e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO SS - 101, DE 19-12-2017</u> Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referente ao Projeto Verão, para os municípios do Litoral Paulista
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
23/12/2017	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1188, DE 2017</u> Classifica Marília como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 23/12/2017, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 1184, DE 2017</u> Classifica Itaporanga como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 23/12/2017, p. 9 <u>PROJETO DE LEI Nº 1183, DE 2017</u> Classifica Barão de Antonina como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 23/12/2017, p. 9
22/12/2017	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 34, DE 2017</u> PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (...) propõe sobre a criação de varas judiciais, dos respectivos ofícios e dos cargos de Juízes e de Servidores. (...) DOE, Legislativo, 22/12/2017, p. 10 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1182, DE 2017</u> Classifica Guapiara como "Município de Interesse Turístico". DOE, Legislativo, 22/12/2017, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 1181, DE 2017</u> Dispõe sobre a classificação do Município de Gastão Vidigal como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 22/12/2017, p. 13

21/12/2017

MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 56, DE 2017

MENSAGEM A-nº 154/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO (...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Dr. Eduardo Álvaro Vieira" ao dispositivo de entroncamento, acesso e retorno com viaduto SPD 106/264, localizado no km 106,500 da Rodovia João Leme dos Santos - SP 264, entroncamento com a SP 079, em Votorantim.

(...)

[DOE, Legislativo, 21/12/2017, p. 11](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 848, DE 2016

MENSAGEM A-nº 153/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO (...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Desembargador Frank Célio Soares Hungria" à ponte localizada no km 136,270 da Rodovia Castello Branco - SP 280, entre Cesário Lange e Tatuí.

(...)

[DOE, Legislativo, 21/12/2017, p. 11](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1640, DE 2015

MENSAGEM A-nº 152/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO (...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "José Sebastião Domingos (Zequinha)" ao dispositivo de acesso e retorno com duplo viaduto SPD 428/326, localizado no km 428,880 da Rodovia Brigadeiro Faria Lima - SP 326, em Barretos.

(...)

[DOE, Legislativo, 21/12/2017, p. 11](#)

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 1176, DE 2017

Classifica como de Interesse Turístico o Município de Lorena.

[DOE, Legislativo, 21/12/2017, p. 14](#)

PROJETO DE LEI Nº 1174, DE 2017

Autoriza o Poder Executivo a conceder a isenção do ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços, referentes aos insumos utilizados na construção das unidades habitacionais para famílias de baixa renda.

[DOE, Legislativo, 21/12/2017, p. 14](#)

PROJETO DE LEI Nº 1171, DE 2017

Classifica Pederneiras como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 21/12/2017, p. 11](#)

PROJETO DE LEI Nº 1170, DE 2017

Classifica Aparecida D'Oeste como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 21/12/2017, p. 11](#)

20/12/2017

MENSAGENS DO GOVERNADOR

MENSAGEM A-Nº 151/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 19 de dezembro de 2017

Senhor Presidente

	Pela Mensagem A-nº 97, de 29 de setembro de 2017, tive a honra de encaminhar a essa ilustre Assembleia o Projeto de lei nº 902, de 2017, que orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2018. Tendo em vista a natureza da matéria, venho solicitar que a apreciação da propositura se faça em caráter de urgência, nos termos do artigo 26 da Constituição do Estado. Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração. Geraldo Alckmin - GOVERNADOR DO ESTADO A Sua Excelência o Senhor Deputado Cauê Macris, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado DOE, Legislativo, 20/12/2017, p. 11 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1168, DE 2017</u> Classifica São João da Boa Vista como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 20/12/2017, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 1167, DE 2017</u> Cria o "Programa Pratas da Casa", de estímulo à divulgação de experiências exitosas de egressos do ensino médio e técnico-profissionalizante no estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 20/12/2017, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 1166, DE 2017</u> Declara o programa pedagógico da Nova Escola como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 20/12/2017, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 1165, DE 2017</u> Dispõe sobre os procedimentos prévios obrigatórios nos casos de fechamento de escolas públicas. DOE, Legislativo, 20/12/2017, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 1164, DE 2017</u> Cria a Política Estadual de Empoderamento da Mulher e dá outras providências DOE, Legislativo, 20/12/2017, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 1161, DE 2017</u> Dispõe sobre a criação da "Semana Estadual de Conscientização sobre a Dislexia". DOE, Legislativo, 20/12/2017, p. 11 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) INSTRUÇÕES Nº 02/2016 (TC-A-011476/026/16) DOE, Legislativo, 20/12/2017, p. 24
19/12/2017	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1159, DE 2017</u> Dispõe sobre a classificação do Município de Silveiras como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 19/12/2017, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 1158, DE 2017</u>

	Regulamenta a informação completa dos itens que fazem parte da cesta de alimentação, higiene ou limpeza, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 19/12/2017, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 1156, DE 2017</u> Prorroga, para o exercício financeiro de 2018, os efeitos da Lei nº 15.685, de 14 de janeiro de 2015, que dispõe sobre o subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado DOE, Legislativo, 19/12/2017, p. 10 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL COMUNICADO SDG Nº 31/2017 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna público o calendário de obrigações para 2018 das providências a cargo dos órgãos estaduais e municipais, dependentes ou não, necessárias ao atendimento das exigências das Instruções nº 02/2016: (...) DOE, Legislativo, 19/12/2017, p. 20
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
23/12/2017	<u>DECRETO Nº 58.049, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Fixa os preços dos serviços prestados pelas Unidades da Prefeitura do Município de São Paulo. D.O. Cidade de São Paulo, 23/12/2017, p. 1
22/12/2017	<u>LEI Nº 16.768, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (Projeto de Lei nº 716/17, do Executivo) Atualiza os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno previstos na Lei nº 10.235, de 16 de dezembro de 1986. <u>LEI Nº 16.767, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (PROJETO DE LEI Nº 649/17, DO EXECUTIVO) Introduz alterações na Lei nº 16.694, de 11 de agosto de 2017, que autoriza o pagamento de indenização em caso de morte ou de incapacidade permanente para o trabalho, total ou parcial, de integrante da Guarda Civil Metropolitana ou, alternativamente, a contratação de seguro destinado a essa finalidade, bem como nas Leis nº 13.271, de 4 de janeiro de 2002, e nº 15.509, de 15 de dezembro de 2011, relativamente à forma de provimento do cargo de Superintendente da Autarquia Hospitalar Municipal. <u>DECRETO Nº 58.043, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Divulga os novos valores das Escalas de Padrões de Vencimentos dos Quadros dos Profissionais de Educação - QPE, em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 5º da Lei nº 16.416, de 1º de abril de 2016.

21/12/2017

LEI Nº 16.766, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

(PROJETO DE LEI Nº 582/17, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO)

Autoriza a alienação da participação societária detida pelo Município de São Paulo na São Paulo Turismo S.A., nas condições que especifica; altera a [Lei nº 4.236, de 26 de junho de 1952](#).

DECRETO Nº 58.041, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Regulamenta a [Lei nº 15.948, de 26 de dezembro de 2013](#), que institui o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais - Pro-Mac e dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107